

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Maio de 2007

Área Temática: PAA e SAN

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Maio de 2007.

Índice

Atraso no envio do cadastro de beneficiários prejudica Programa do Leite na Bahia - MDS – 04/05/2007	4
MDS repassa R\$ 18,7 milhões aos Municípios para apoio à gestão do Bolsa Família - MDS – 04/05/2007	5
Fidel Malthus Chávez – Eduardo Pereira de Carvalho – Folha de São Paulo – Opinião – 06/05/2007	7
Contra a fome, plano propõe fiscalização – Estado de São Paulo – Nacional – 08/05/2007	8
MDA divulga novos valores de bônus do Programa de Garantia de Preços – MDA – 08/05/2007	9
Advertência na mira – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 09/05/2007	11
Desnutrição infantil é de 11,6% em comunidades quilombolas - Bruno Spada- MDS – 15/05/2007	11
Congresso discute segurança alimentar em Brasília - MDS – 15/05/2007	14
Nutrição e combate à pobreza em discussão na Universidade de São Paulo – MDS – 16/05/2007	15
Programa do Leite é tema de encontro em Alagoas MDS – 16/05/2007	16

Segunda Quinzena

O Brasil no debate alimentos x energia - Marcos Sawaya Jank – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 16/05/2007	16
Programa de qualidade é lançado no Brasil – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 16/05/2007	18
Nutrição e combate à pobreza em discussão na Universidade de São Paulo – MDS – 16/05/2007	18
Programa do Leite é tema de encontro em Alagoas MDS – 16/05/2007	19
Bolsa Família e mínimo elevam venda de alimentos – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/05/2007	20
Alunos de São Paulo receberão "vale-leite" – Evandro Spinelli - Folha de São Paulo – Cotidiano – 18/05/2007	21
Superintendente da Conab apresenta Programa de Aquisição de Alimentos a Técnicos do Incra/PB – Sítio Eletrônico do MDA – 18/05/2007	22
Água para todos – Valor Econômico – Brasil – Curtas – 21/05/2007	22

Agricultores familiares são recebidos pelo ministro Patrus Ananias – Sítio Eletrônico do MDS – 22/05/2007	23
Disputa interna no PMDB paralisa Agricultura - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política - 22/05/2007	23
Governo Federal aprofunda análise sobre alimentação do brasileiro – MDS – 29/05/2007	24
Agroenergia e segurança alimentar: compromisso da FAO - Por José Graziano da Silva – Valor Econômico – Opinião - 29/05/2007	25

Atraso no envio do cadastro de beneficiários prejudica Programa do Leite na Bahia -
MDS – 04/05/2007

Com relação às informações, divulgadas pela imprensa, sobre a suspensão do Programa do Leite, também conhecido como Leite Fome Zero, em 21 Municípios do Estado da Bahia, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) informa que está aguardando a conclusão de parecer do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) sobre as propostas de alteração de Municípios integrantes do programa e sobre a situação daqueles nos quais a distribuição do leite foi suspensa.

A interrupção ocorreu em função do descumprimento - por parte dos Municípios - das normas previstas para a entrega do produto. Mensalmente, os Municípios devem, por intermédio das respectivas Prefeituras, prestar contas ao governo do Estado sobre o cadastro com a listagem de crianças de 2 a 7 anos beneficiárias do programa. Até o mês de março, 42 cidades estavam em atraso no envio destes dados. Deste total, 21 regularizaram a situação e por isso não foram prejudicadas. Outras 21 permaneceram com pendências, resultando na suspensão do programa.

Tão logo o MDS receba a avaliação realizada pelo Governo da Bahia e o parecer do Consea Estadual serão tomadas as devidas providências, que poderão resultar na substituição dos Municípios beneficiários. Atualmente, 111 cidades baianas recebem 100 mil litros de leite por dia, para alimentar a 100 mil crianças.

O PAA Leite é uma ação na qual o Governo Federal, em convênio com governos estaduais, adquire a produção de leite de pequenos agricultores e repassa a famílias necessitadas. Com isso, mais de 700 mil famílias brasileiras já têm garantido um litro de leite, diariamente, em todo o Nordeste e no Norte de Minas. O programa adquire a produção de leite de mais de 25 mil pequenos agricultores familiares.

MDS repassa R\$ 18,7 milhões aos Municípios para apoio à gestão do Bolsa Família - MDS – 04/05/2007

Vários Municípios, em todas as regiões do Brasil, estão aprimorando a gestão do Programa Bolsa Família graças aos recursos financeiros repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Em Ingá (PB), por exemplo, a gestão do programa investiu o montante referente ao Índice de Gestão Descentralizada (IGD) na compra de equipamentos de informática e mobiliário, e atualizou as informações cadastrais dos beneficiários.

O investimento acabou com as filas e melhorou o atendimento da população pobre, que aguarda sentada em confortáveis cadeiras e assistindo televisão. Ingá recebeu R\$ 4.413,00 correspondentes ao IGD de fevereiro. A Prefeitura desenvolve diversas ações sociais com beneficiários do Bolsa Família, como pesagem das crianças e acompanhamento da saúde dentária.

O Município de Divino (MG) recebeu R\$ 3.509,00 e também desenvolveu ações voltadas às famílias beneficiárias. Jovens com idades entre 14 e 16 anos foram matriculados em cursos de computação. As mulheres da cidade mineira foram envolvidas em cursos de pintura, corte e costura, bijuteria, corte e costura, doces caseiros e crochê. A gestão usa ainda os recursos do IGD para acompanhar a frequência escolar, o atendimento na área de saúde e a atualização cadastral.

O MDS repassou a 5.338 cidades mais de R\$ 18,7 milhões correspondente ao IGD de março. O Índice é vinculado ao desempenho municipal e leva em consideração o preenchimento correto do cadastro, a atualização cadastral, o envio da frequência escolar e o acompanhamento de saúde das famílias beneficiadas. Cada item equivale a 25% do índice. O indicador varia de 0 a 1, mas o Município que não atingir o mínimo de 0,4 do IGD não recebe recursos.

As Prefeituras que não têm Fundo Municipal de Assistência Social e aquelas que não assinaram o termo de adesão ao Bolsa Família também ficam sem o apoio financeiro, que é destinado à melhoria no acompanhamento da frequência escolar e no atendimento dos beneficiários nos postos de saúde, na alfabetização de adultos, na capacitação profissional, na geração de trabalho e renda, no acesso ao micro-crédito produtivo orientado e no desenvolvimento comunitário e territorial.

O repasse mensal de recursos foi regulamentado pela Portaria nº 148, de 27 de abril de 2006 e prorrogado em 2007 pela portaria nº 40. O Município pode receber até R\$ 2,50 por família para investir em ações administrativas destinadas a aprimorar o programa. Os gestores precisam estar atentos às determinações da portaria que vincula a utilização de recursos às atividades do programa de transferência de renda, sob o risco de terem problemas na prestação de contas.

Incorporação ao orçamento - O montante repassado pelo IGD precisa ser incorporado ao orçamento municipal. O Município que não possui ação/programa relacionado à gestão do Bolsa Família na previsão orçamentária precisa encaminhar, à Câmara de Vereadores, um projeto de lei de inclusão de ação específica no orçamento, com a respectiva incorporação do crédito da receita do IGD. O Município que possui ação/programa relacionado ao Bolsa Família deve encaminhar projeto de lei de suplementação de crédito na ação específica para incorporar os recursos.

Os resultados do índice e os valores transferidos podem ser consultados na página do MDS na Internet: <http://www.mds.gov.br>, clicando em Bolsa Família. Os recursos são repassados mensalmente e o índice também é atualizado pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), do Ministério.

UF	Valor	Qunt. Municípios
AC	99.333,40	22
AL	556.915,39	97
AM	364.882,40	60
AP	41.388,31	13
BA	2.242.734,73	384
CE	1.485.347,46	183
DF	117.445,63	1
ES	322.651,53	77
GO	469.737,86	241
MA	1.232.431,31	213
MG	1.982.415,72	821
MS	198.831,05	76
MT	226.112,01	138
PA	784.611,35	138
PB	774.734,40	216
PE	1.450.747,47	183
PI	671.382,91	207
PR	853.797,31	397
RJ	639.318,85	89
RN	591.951,13	162
RO	146.706,47	49
RR	51.679,44	14
RS	768.634,39	434
SC	311.092,17	293
SE	336.900,07	75
SP	1.825.148,28	621
TO	222.287,76	134
Total geral	18.769.218,80	5.338

O MEDO da fome surgiu com Noé, ganhou paradigma com os "sete anos de vacas magras" do alto império egípcio, justificou insurreições da plebe romana e, desde então, frequenta a civilização ocidental com a regularidade das marés. Hoje, as duas sociedades contemporâneas que lideram as exportações de alimentos -EUA e Brasil- são chamadas à razão porque se mostram dispostas a mobilizar o continente para garantir uma oferta confiável de biocombustíveis a preços competitivos para o planeta Terra.

Profetas do pessimismo nos ensinam que a população cresce tão rápido que todas as terras agricultáveis precisam ficar reservadas à produção de comida. Com dois séculos de atraso, replicam o catastrofismo do clérigo inglês Thomas Malthus (1766-1834), que, no seu lúgubre ensaio sobre "o melhoramento futuro da sociedade", de 1798, advertia sobre a colisão entre o fenômeno populacional e a capacidade limitada para garantir alimentos a todos os viventes.

O que se passou depois que o fundador da demografia vaticinou o pior figura entre as grandes lições acerca do engenho humano.

Os EUA, por volta de 1915, quando a população arranhava os 100 milhões, usavam 300 milhões de acres para dar de comer à sua gente. No intervalo de quatro gerações, aquela agricultura continuou a ocupar a mesma área, só que atende duas vezes mais gente, fora a exportação de 60 milhões de toneladas anuais de grãos.

O século 20 testemunhou uma revolução na produtividade do campo pela mecanização do plantio e da colheita, melhoramento de sementes, uso intensivo de fertilizantes e defensivos e manejo científico dos recursos naturais. A colheita planetária, de 630 milhões de toneladas em 1950, quando começou a série estatística das Nações Unidas, baterá em 2,1 bilhões de toneladas neste ano.

Também no Brasil se notam progressos da mesma grandeza. Éramos capazes de produzir 20 milhões de toneladas de grãos em 1960 -a colheita da cana estava na mesma ordem de grandeza. Agora, caminhamos para uma colheita de 130 milhões de toneladas de grãos, enquanto a cana supera 400 milhões de toneladas.

Pesquisa e o fomento que abriram caminho para a soja, correção intensiva dos solos pelo calcário, introdução do pasto mais fértil com gramíneas aclimatadas e o maior caso de sucesso na história da moderna agricultura tropical, que foi a incorporação do "cerrado" como fator de produção. Resultado do trabalho: o Brasil, que eventualmente importava várias espécies de alimentos duas gerações atrás, exhibe saldo comercial superior aos US\$ 50 bilhões no período de 12 meses encerrado em março.

É imperioso notar que a transformação radical da agricultura engatinha: o próximo capítulo virá com as modificações genéticas, com resultados ainda mais surpreendentes. No caso da produção de biocombustíveis, a próxima arrancada só tomará vigor quando

acionada pelos maiores países produtores. Tanto Brasil como EUA não têm nenhum motivo nem disposição para dispensar as posições duramente conquistadas na hierarquia dos fornecedores de alimentos para o mundo.

Porta-vozes acadêmicos de uma visão pessimista fazem parte da paisagem das idéias. Recente artigo na "Foreign Affairs" representa uma variedade do magistério cívico fundado por Malthus.

Nessa família de profetas de catástrofes, contudo, irrompem subitamente alguns protagonistas cuja biografia se misturava com a esperança.

Conhecido entusiasta da possibilidade que o etanol da cana-de-açúcar oferece às nações tropicais que dispõem de terras e de água abundante, Fidel Castro virou a casaca no prazo de quatro semanas, arrastando consigo Hugo Chávez, num súbito dueto de lideranças continentais dispostas a se contrapor ao projeto de disseminação da bioenergia copatrocinado pelos Estados Unidos e pelo Brasil.

Ainda no começo deste ano, a Venezuela manobrava ativamente para criar uma base produtiva de etanol a partir da cana: Chávez articulou acordos para a construção de uma dezena de unidades produtivas com tecnologia brasileira e outras tantas com suporte de profissionais cubanos.

Numa declaração minuciosamente ditada ao jornal "Granma", alinhada com discurso do aliado de Caracas, o veterano Castro assumiu a defesa da produção incondicional de alimentos -e se tornaram, portanto, insuspeitados discípulos de Thomas Malthus, apóstolo do "laissez-faire". Que a fase neoliberal lhes seja leve!

EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO, economista, é presidente da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar).

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Contra a fome, plano propõe fiscalização – Estado de São Paulo – Nacional – 08/05/2007

O deputado federal Nazareno Fonteles (PT-PI) apresentou ontem à Assembléia Legislativa do Piauí a proposta de frente parlamentar de segurança alimentar e nutricional e pediu que seja instalada uma frente estadual. Ele quer que o Ministério Público fiscalize se há crianças subnutridas ou passando fome para obrigar os gestores a resolver a questão. Fonteles disse que criaram a frente parlamentar na Câmara e agora os deputados estavam levando a idéia para os Estados. "Este tema mexe ainda com a agricultura familiar, a economia solidária, merenda escolar e o Bolsa-Família", disse o parlamentar.

MDA divulga novos valores de bônus do Programa de Garantia de Preços – MDA –
08/05/2007

A Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) publicou hoje (8) no Diário Oficial da União a nova Portaria com os bônus de desconto do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).

Esses bônus são válidos desta quinta-feira (10) até o dia 9 do próximo mês. Todos os agricultores familiares que realizaram financiamentos de custeio no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para as culturas de arroz, milho, soja, feijão, mandioca e para a atividade leiteira têm direito ao bônus.

O PGPAF é uma garantia aos agricultores familiares de que seus financiamentos, no momento de serem pagos aos bancos, terão um bônus equivalente à diferença entre o custo de produção (preço de garantia) e o de comercialização (de mercado) – caso este último esteja abaixo do custo de produção.

O bônus de desconto é calculado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que faz um levantamento diário nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar que integram o PGPAF. Os valores do bônus são divulgados até o quinto dia útil de cada mês.

Cenário atual

O levantamento da Conab referente ao mês de abril mostrou que, dos seis produtos amparados no PGPAF, só o arroz e o feijão apresentaram preços de comercialização (de mercado) abaixo dos custos de produção e em poucos estados. No caso do arroz, foram: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia.

Assim, os bônus para os financiamentos de arroz em casca dos agricultores familiares desses estados serão os que constam no quadro abaixo:

Estados	Bônus para os financiamentos do arroz (%)
RS	4,82
SC	1,68
BA	27,09
MS	1,09
MT	6,47
RO	0,34

No caso do feijão, os estados em que o preço de mercado ficou abaixo do custo de produção no mês de abril foram: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Bahia (municípios do Sul).

Os bônus para os financiamentos de feijão dos agricultores familiares desses estados serão os que constam no quadro abaixo:

Estados Bônus para os financiamentos do feijão (%)

RS	32,28
SC	30,74
SP	8,58
PR	28,58
MG	3,45
MS	17,64
DF	5,19
BA Sul*	9,64

Não terão bônus de desconto no atual período as culturas de milho, soja, mandioca e leite, visto que os preços de mercado praticados em abril ficaram acima dos custos de produção (do preço de garantia).

Medida garantida

Os agricultores familiares que têm financiamento de custeio amparados por essa nova política do MDA não necessitam antecipar os pagamentos de seus financiamentos, já que aqueles efetuados até a data de vencimento terão o bônus garantido.

Outro fator importante é que a maior parte dos financiamentos incluídos no PGPAF vencem a partir de agosto ou setembro, coincidindo com a data de maior contratação ou renovação dos custeios agrícolas e pecuários.

A lista dos municípios do Sul da Bahia

Abaíra, América Dourada, Andaraí, Andorinha, Angical, Antônio Gonçalves, Aracatu, Baianópolis, Baixa Grande, Barra, Barra da Estiva, Barra do Mendes, Barreiras, Barro Alto, Boa Vista do Tupim, Bom Jesus da Lapa, Boninal, Bonito, Boquira, Botuporã, Brejolândia, Brotas de Macaúbas, Brumado, Buritirama, Caculé, Caém, Caetité,

Cafarnaum, Caldeirão Grande, Campo Alegre de Lourdes, Campo Formoso, Canápolis, Canarana, Candiba, Capim Grosso, Caraíba, Carinhanha, Casa Nova, Catolândia, Caturama, Central, Cocos, Condeúba, Contendas do Sincorá, Cordeiros, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Dom Basílio, Érico Cardoso, Feira da Mata, Filadélfia, Formosa do Rio Preto, Gentio do Ouro, Guajeru, Guanambi, Ibiaçucê, Ibicoara, Ibipecta, Ibitipanga, Ibiquera, Ibitiara, Ibititá, Ibotirama, Igarorã, Inhambupe, Ipujiara, Iramaia, Iraquara, Irecê, Itaberaba, Itaeté, Itaguaçu da Bahia, Ituaçu, Iuiu, Jaborandi, Jacaraci, Jacobina, Jaguarari, João Dourado, Jussara, Jussiape, Lagoa Real, Lajedinho, Lapão, Lençóis, Licínio de Almeida, Livramento do Brumado, Luis Eduardo Magalhães, Macajuba, Macaúbas, Maetinga, Mairi, Malhada, Malhada de Pedras, Mansidão, Matina, Miguel Calmon, Mirangaba, Morpará, Morro do Chapéu, Mortugaba, Mucuge, Mulungu do Morro, Mundo Novo, Muquém de São Francisco, Nova Redenção, Novo Horizonte, Oliveira dos Brejinhos, Orolândia, Palmas do Monte Alto, Palmeiras, Paramirim, Paratinga, Piatã, Pilão Arcado, Pindaí, Pindobaçu, Piripá, Piritiba, Ponto Novo, Presidente Dutra, Presidente Jânio Quadros, Quixabeira Remanso, Riachão das Neves, Riacho de Santana, Rio de Contas, Rio do Antônio, Rio do Pires, Ruy Barbosa, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana, São Desidério, São Felix do Coribe, São Gabriel, São José do Jacuípe, Saúde, Seabra, Sebastião Laranjeiras, Senhor do Bonfim, Sento Sé, Serra do Ramalho, Serra Dourada, Serrolândia, Sítio do Mato, Souto Soares, Tabocas do Brejo Velho, Tanhaçu, Tanque Novo, Tapiramuta, Tremedal, Uibaí, Umburanas, Urandi, Utinga, Wanderley, Várzea da Roça, Várzea do Poço, Várzea Nova, Wagner, Xique-Xique.

Advertência na mira – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 09/05/2007

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) enviou ontem ao presidente Lula pedido de veto à emenda que substitui a advertência contida nas embalagens de leite e bebidas lácteas "O Ministério da Saúde Adverte" por "Aviso Importante". O artigo 3º da MP 350 altera a lei 11.265, que regulamenta o comércio de alimentos para crianças de até três anos de idade.

Desnutrição infantil é de 11,6% em comunidades quilombolas - Bruno Spada-MDS – 15/05/2007

Secretário do MDS, Rômulo Paes, acompanhado de José Augusto Taddei, analista da pesquisa pela Unifesp, e Carlos Eduardo Trindade, subsecretário de Políticas para Comunidades Tradicionais da Seppir

Pesquisa inédita realizada no Brasil aponta que de cada dez crianças com até cinco anos de idade que vivem em comunidades quilombolas, uma está desnutrida. De acordo com a avaliação, divulgada hoje pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (15/05), 11,6% dos meninos e meninas destas localidades apresentam déficit de

altura para a idade, principal índice de aferição da desnutrição. O levantamento traçou ainda o perfil socioeconômico dessa população e mostrou a influência da renda e escolaridade nos indicadores e o elevado percentual de crianças que fazem pelo menos três refeições por dia.

Em famílias cujas mães têm mais de quatro anos de estudos, o déficit nutricional cai para 8,8%. Entre aqueles com nível de escolaridade abaixo disso, o índice sobe a 13,7%. Entre as crianças que vivem em famílias da classe E, que representam 57,5% das avaliadas, a desnutrição chega a 15,6%; e baixa para 5,6% no grupo que vive na classe D, onde estão 33,4% do total.

Denominada “Chamada Nutricional”, a pesquisa mediu e pesou 2.941 crianças de 60 comunidades em 22 Estados durante a campanha de vacinação em agosto do ano passado. A pesquisa - por amostra - também colheu informações junto às famílias sobre a situação socioeconômica e acesso aos programas sociais e à assistência à saúde das crianças.

A avaliação nutricional foi realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com o Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Os dados foram analisados por pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Na visão do secretário de Avaliação e Gestão da Informação do MDS, Rômulo Paes, a situação nutricional no Brasil está melhorando, mas há comunidades, como os quilombolas, que enfrentam problemas crônicos e, às vezes, são populações invisíveis às estatísticas. Para José Augusto Taddei, analista da pesquisa pela Unifesp, os resultados evidenciam que é preciso investir mais nestes grupos mais vulneráveis.

Três refeições por dia - Pelo questionário respondido pelas famílias foi possível identificar que 97% das crianças com até 11 anos de idade fazem pelo menos três refeições por dia. No meio dos adultos, esse índice é de 92%. Dos entrevistados, 52% declararam receber o Bolsa Família, que hoje atende 6.957 famílias quilombolas, o que equivale a todas as cadastradas e que estão dentro do critério para inclusão no programa de transferência de renda do Governo Federal.

A meta é chegar a 20 mil famílias no programa. Uma das dificuldades apontadas no cadastramento é a falta de documentação. Por isso, o MDS tem articulado com Municípios e Estados a realização de mutirões para expedir o registro civil. Outra dificuldade é o acesso às comunidades, que ficam em áreas rurais distantes. “Mas o governo tem uma série de ações no Projeto Brasil Quilombola, que está contribuindo na melhoria das condições de vida dessas famílias”, disse o subsecretário de Políticas para Comunidades Tradicionais da Seppir, Carlos Eduardo Trindade.

Além da ampliação do Bolsa Família, o MDS tem investido em ações de fortalecimento da agricultura familiar, construção de cisternas e distribuição de alimentos. Também há iniciativa específica na implantação dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Atualmente, estes centros existem em 38 Municípios que têm comunidades quilombolas. Outras 20 unidades serão construídas nas próprias áreas. O investimento será de R\$ 4 milhões. “Estamos em processo de ampliação da presença das políticas públicas para melhorar a situação dessas famílias”, destacou Rômulo Paes.

Pré-natal e vacinação - Das famílias que participaram da avaliação, 88,6% se afirmaram negras ou pardas. Na maioria desses lares (60,4%) vivem até cinco pessoas. O analfabetismo atinge 7,3% das mães e 43,8% delas concluíram no máximo quatro anos de estudos. Dessas mulheres, 15,7% terminaram o ensino médio.

Quanto à cobertura do pré-natal, 93% fizeram os exames durante a gravidez. Em relação à certidão de nascimento, 94% das crianças têm o documento. Além disso, 95,5% dos avaliados apresentaram o cartão de vacinação. Para um dos analistas da avaliação, o estatístico Fernando Colignadi (Unifesp), os índices são semelhantes aos encontrados em áreas mais desenvolvidas do País.

As condições de moradia dessas famílias ainda são consideradas precárias. Apesar da luz elétrica chegar a 80% dos lares, o abastecimento de água por meio da rede pública chega a apenas 30% das residências. E em 46% dos casos, o esgoto é a “cú aberto”. De acordo com o professor José Augusto Taddei, as medidas para superar esses desafios não são segredo: “É preciso aumentar a cobertura dos programas e integrar ações, para propiciar uma melhora gradativa na vida dessas comunidades”.

Reforço no orçamento - No Brasil, há cerca de 2 milhões de quilombolas. Pelo decreto de 2003, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

O secretário Rômulo Paes informou que a avaliação nutricional quilombola faz parte de uma série de pesquisas que o Ministério faz para verificar a situação de segurança alimentar da população mais vulnerável. Em 2004, houve o suplemento da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad/IBGE) e, no ano seguinte, a avaliação nutricional no Semi-Árido e áreas de assentamento da reforma agrária. Em 2007, ocorre o levantamento em áreas indígenas. “Estamos montando uma linha de base para ver como as políticas públicas estão avançando”, afirmou Paes.

Esses estudos, segundo o secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Onaur Ruano, orientam novos rumos das políticas públicas. “Em áreas onde registramos problemas há um reforço no orçamento, como ocorreu na região do Semi-Árido”, explicou Ruano. Para a representante do Unicef, Helena Oliveira, os resultados da avaliação apresentam uma série de elementos que favorecem o diálogo do governo e sociedade, principalmente em relação à garantia dos direitos das crianças.

Congresso discute segurança alimentar em Brasília - MDS – 15/05/2007

Discutir a integração dos conselhos federal e regional de nutrição, bem como a importância do nutricionista na construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil, avanços e dificuldades no cenário atual. Esses são os principais temas do II Congresso Nacional do Sistema CFN/CRN, promovido a partir desta terça-feira (15/05) em Brasília.

O evento, que prossegue até sexta-feira (18/05), terá a participação de autoridades do Governo Federal, entre eles a coordenadora do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Ministério da Educação, Albaneide Peixinho, e a coordenadora do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) do Ministério do Trabalho, Maria Flor de Lys Souza Lopes. Representando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), estará presente a coordenadora de Educação Alimentar e Nutricional, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), a nutricionista Sabrina Oliveira.

A abertura do congresso será às 18h desta terça-feira e a primeira palestra será a “Missão dos Conselhos das Profissões Regulamentadas em Defesa da Sociedade”, que ficará a cargo do senador Pedro Simon. No segundo dia, estão previstas palestras sobre os temas *Aspectos legais dos conselhos das profissões regulamentadas; Aspectos políticos e administrativos da gestão dos conselhos das profissões regulamentadas; e Integração das entidades com os gestores públicos.*

Haverá ainda oficinas de trabalho e mesas-redondas no último dia do evento, entre elas sobre Segurança Alimentar e Nutricional no Legislativo, da qual participa o deputado Nazareno Fonteles, presidente da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar.

Servico

II Congresso Nacional do Sistema CFN/CRN – Integração e Qualidade na Gestão

Dias: 15 a 18 de maio

Local: Carlton Hotel – Setor Hoteleiro Sul – Quadra 5, Bloco G – Brasília/DF

**Nutrição e combate à pobreza em discussão na Universidade de São Paulo –
MDS – 16/05/2007**

Promover a integração de instituições financiadoras de projetos sociais (promotores de políticas públicas) e a troca de experiências relacionadas à definição de estratégias de promoção da segurança alimentar e nutricional. Este é o objetivo da oficina *Estratégias sociais em nutrição, educação e combate à pobreza*, promovida pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP). O encontro, que será aberto nesta quinta-feira (17/05), terá a participação de pesquisadores, representantes do Governo Federal e de organismos internacionais.

Pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), participa Mariana Helcias Côrtes, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan). A abertura do evento está prevista para as 9h desta quinta. Após o discurso inicial, do diretor do IEA, João Steiner, serão realizadas quatro mesas redondas. Para a sexta-feira (18) estão previstos trabalhos em grupo. A programação poderá ser acompanhada pelo público em tempo real, bastando acessar o endereço eletrônico www.iea.usp.br/aovivo.

A oficina será restrita a 50 convidados, entre os quais a coordenadora de Ações Sociais do Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID, Rita Osório; o representante do Grupo de Estudos em Nutrição e Pobreza e professor de Administração e Estratégia da IEA/USP, Luis Gaj; a coordenadora técnica da área de Direito à Proteção Integral da Fundação Abrinq, Abigail Torres; o coordenador de Programas e representante para o Brasil do Unicef, Manuel Rojas; o gerente técnico da área de monitoramento e Avaliação do Ministério da Saúde, Eduardo Nilson; o diretor científico da Fapesp, Mário José Abdalla Saad e a representante do Centro de Ciências da Vida, Faculdade de Nutrição da Pontifícia Universidade Católica- Campinas, Semíramis Martins (IEA).

Entre as palestras previstas, estão a da coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, Mariângela Belfiore; da nutricionista da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Mariala Helcias, e da conselheira Sílvia Cozzolino, do Conselho de Segurança Alimentar de São Paulo. A apresentação dos trabalhos em grupo, realizados durante a manhã do dia 18, será das 14h às 18h, seguido de debate, transmitido pela web.

SERVICO

Oficina Estratégias sociais em nutrição, educação e combate à pobreza

Data: 17 e 18 de maio de 2007

Horário: Abertura 9h

Local: Instituto de Estudos Avançados – Universidade de São Paulo / Auditório Alberto Carvalho da Silva - Avenida Professor Luciano Gualberto, 374 – Travessa J – Térreo – sala 19 - Cidade Universitária

Informações para a imprensa:

Kátia Marsicano

(61) 3433-1052

ASCOM/MDS

Programa do Leite é tema de encontro em Alagoas MDS – 16/05/2007

O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Onaur Ruano, participa, quinta (17/05) e sexta-feira (18/05), da Oficina de Controle Social do Programa do Leite, em Maceió, Alagoas. O objetivo do encontro é avaliar a participação e o alcance da iniciativa. O Programa do Leite, também conhecido como Leite Fome Zero, beneficia pequenos produtores de leite e crianças pobres com idade entre 6 meses e 6 anos, atendidas pela distribuição do produto em instituições, como creches, escolas e entidades de assistência social do Estado.

Além do secretário e do diretor do Departamento de Gestão Integrada da Política do MDS, César Medeiros, estarão presentes autoridades do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Secretaria de Estado de Agricultura (Seagri), Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário (DFDA) e representantes de movimentos sociais do campo.

Leite Fome Zero - Desde 2006 são realizadas oficinas de controle social do Programa do Leite em Estados conveniados, iniciando pela Paraíba, seguida pelo Rio Grande do Norte e Piauí. Este ano o evento já foi realizado em Sergipe e Ceará. A idéia é levar o debate aos dez Estados que executam o Programa em parceria com o MDS. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar /modalidade Leite é uma ação na qual o Governo Federal, faz convênio com governos estaduais para distribuir um litro de leite, diariamente, a famílias pobres.

Atualmente, 102 Municípios alagoanos fazem parte do programa, onde cerca de 53.500 litros de leite são distribuídos, todos os dias. O produto é adquirido de 1,4 mil produtores. No Brasil, o MDS atende 1.254 cidades, nas quais é feita a entrega gratuita de 705 mil litros de leite de vaca e mais de 17 mil litros de cabra, adquiridos de 25 mil pequenos produtores. O investimento nesta ação de segurança alimentar e nutricional em 2006 foi de R\$ 201 milhões.

O Brasil no debate alimentos x energia - Marcos Sawaya Jank – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 16/05/2007

Na semana passada ocorreu a quinta edição do Fórum Agrícola Mundial, em Saint Louis, Missouri. Participaram do evento 330 representantes de governos, empresas e ONGs de mais de 40 países. Nessa interessante versão agrícola do Fórum Econômico Mundial foram debatidos os grandes temas futuros do agronegócio mundial: recursos naturais, biotecnologia, sustentabilidade, pequena produção, negociações, investimentos, infraestrutura, etc. O assunto mais quente da edição deste ano foi a disputa entre alimentos e energia. Diversas mesas-redondas debateram o impacto das commodities agroenergéticas nos mercados de energia (combustíveis, eletricidade) e nos mercados de alimentos, rações e fibras.

Ficou claro que os biocombustíveis irão expandir-se por pressão dos consumidores (interesses em energias renováveis que reduzam as emissões de gases de efeito estufa) e dos

governos (segurança energética, subsídios, mandatos de mistura, etc.). A experiência brasileira despertou enorme interesse em todas as mesas que trataram do tema. A nossa matriz energética é composta de 44% de energia renovável ante 14% no mundo e apenas 6% nos países da OCDE. O Brasil tomou a dianteira na corrida mundial dos biocombustíveis, seja pela nossa vasta disponibilidade de recursos naturais (terra, água, clima), seja pelo amplo domínio tecnológico sobre a cana-de-açúcar, a melhor planta para se produzir açúcar, etanol e eletricidade de forma competitiva.

A novidade recente nessa área é a decisão dos EUA e da União Européia (UE) de mais do que duplicar o seu consumo de biocombustíveis nos próximos seis anos. O problema é que essas regiões contam com lobbies agrícolas poderosos, que defendem um sistema autárquico de produção auto-suficiente, a custos elevados. A expansão do etanol nos EUA está baseada em milho e, no futuro, celulose (palhadas, forragens, restos de madeira). Na Europa, o modelo baseia-se em colza/canola para biodiesel e cereais (trigo, cevada, milho e centeio) e beterraba no caso do etanol. Qualquer opção usada nesses países tende a ser sempre mais cara do que as alternativas possíveis na região tropical do planeta.

Desde que produzida com alta tecnologia, a agroenergia é uma extraordinária oportunidade para os países subdesenvolvidos da América Latina, África e parte da Ásia. Os debates deixaram claro que os dois grandes desafios da próxima década são a abertura global para os biocombustíveis nos mercados desenvolvidos - que, ao contrário do que ocorre no petróleo, ainda se encontram relativamente fechados - e o tema da sustentabilidade em seus três pilares centrais: econômico, social e ambiental. A ocupação econômica desordenada pode causar graves problemas ambientais, visíveis tanto na Grande São Paulo como no desmatamento descontrolado da Amazônia. Muitas vezes, há complexos trade-offs neste assunto, a exemplo da polêmica questão da queima da cana-de-açúcar. Queima-se cana para viabilizar a colheita manual. Isso espalha fuligem nas cidades e reduz o balanço favorável de carbono da cana. A colheita 100% mecanizada resolveria boa parte do problema ambiental, mas geraria desemprego, na área social (hoje existem cerca de 250 mil cortadores de cana no Brasil).

Nas mesas de que participei, insisti na tese de que sustentabilidade, aquecimento global e biocombustíveis são temas sistêmicos, que exigem tratamento global. Infelizmente, o tema tem sido debatido no âmbito das empresas e das cadeias produtivas, mas não do planeta como um todo. Inúmeras empresas estão hoje empenhadas em corrigir os seus problemas ambientais e sociais, tentando reduzir o uso de materiais poluentes e a emissão de gás carbônico, melhorar a qualidade do trabalho e economizar energia. O debate avança para a construção de contratos e de mecanismos de coordenação de cadeias produtivas que gerem lucros respeitando o planeta e as pessoas.

Ocorre, porém, que ainda carecemos de um debate global, mais amplo e maduro, já que estes temas jamais serão adequadamente resolvidos apenas no “pequeno varejo” das empresas e dos países, mas dependem de mudanças estruturais no “atacado” do planeta. Por exemplo, há grandes dúvidas sobre se as culturas que vêm recebendo enorme apoio nos EUA e na UE (milho, colza, trigo, etc.) seriam aptas para solucionar desafios energéticos e ambientais. Essas commodities têm importância estratégica nas cadeias de produção de rações, carnes, lácteos e óleos vegetais. No evento, beneficiários dos fartos subsídios saíram

com o surrado argumento da “indústria nascente” para justificar o crescente protecionismo. Vindo da boca de grandes empresas do mundo desenvolvido, este antigo conceito só pode soar como refinada ironia!

Entendo que o Brasil deve não só estimular, mas mesmo liderar este fervilhante debate que está ocorrendo no mundo. Precisamos estar presentes em Washington, Bruxelas, Genebra e Tóquio e ter uma ação protagônica nas discussões sobre aquecimento global, seqüestro de carbono, água e florestas, com governos, empresários e ONGs. É também fundamental trazer maior consistência científica para o debate sobre o crescimento da cana-de-açúcar e seus impactos econômicos, energéticos, ambientais e sociais. A recente visita do presidente Bush colocou o Brasil sob os holofotes nesta área, e um grande conjunto de imagens e prognósticos deturpados vêm sendo divulgados pelo mundo afora. O Brasil tem uma chance única de surfar à frente dos demais países na onda global da bioenergia, buscando consolidar o álcool e o biodiesel como commodities globais, produzidas de forma ambiental e socialmente correta, numa estratégia sólida que exige ações nas áreas de infraestrutura, tecnologia, tributação, co-geração, política comercial e investimento. Trata-se de um enorme desafio, que só será possível com intensa coordenação dentro do governo e entre este e o setor privado.

Marcos Sawaya Jank, professor da FEA-USP, é presidente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône). E-mail: msjank@usp.br

Programa de qualidade é lançado no Brasil – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 16/05/2007

A universidade Texas A&M e o instituto Safety and Quality Food (SQFI), em parceria com a Avenir Consultoria e Tecnologia de Alimentos, lançam no Brasil o Programa de Alimentos Seguros e de Qualidade (SQF), o mais rigoroso sistema de certificação do mundo no setor. A universidade do Texas trabalha há dez anos com o programa na América Latina, adaptando-o gradativamente às necessidades do setor alimentício.

Nutrição e combate à pobreza em discussão na Universidade de São Paulo – MDS – 16/05/2007

Promover a integração de instituições financiadoras de projetos sociais (promotores de políticas públicas) e a troca de experiências relacionadas à definição de estratégias de promoção da segurança alimentar e nutricional. Este é o objetivo da oficina *Estratégias sociais em nutrição, educação e combate à pobreza*, promovida pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP). O encontro, que será aberto nesta quinta-feira (17/05), terá a participação de pesquisadores, representantes do Governo Federal e de organismos internacionais.

Pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), participa Mariana Helcias Côrtes, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan). A abertura do evento está prevista para as 9h desta quinta. Após o discurso inicial, do diretor do IEA, João Steiner, serão realizadas quatro mesas redondas. Para a sexta-feira (18) estão previstos trabalhos em grupo. A programação poderá ser acompanhada pelo público em tempo real, bastando acessar o endereço eletrônico www.iea.usp.br/aovivo.

A oficina será restrita a 50 convidados, entre os quais a coordenadora de Ações Sociais do Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID, Rita Osório; o representante do Grupo de Estudos em Nutrição e Pobreza e professor de Administração e Estratégia da IEA/USP, Luis Gaj; a coordenadora técnica da área de Direito à Proteção Integral da Fundação Abrinq, Abigail Torres; o coordenador de Programas e representante para o Brasil do Unicef, Manuel Rojas; o gerente técnico da área de monitoramento e Avaliação do Ministério da Saúde, Eduardo Nilson; o diretor científico da Fapesp, Mário José Abdalla Saad e a representante do Centro de Ciências da Vida, Faculdade de Nutrição da Pontifícia Universidade Católica- Campinas, Semíramis Martins (IEA).

Entre as palestras previstas, estão a da coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, Mariângela Belfiore; da nutricionista da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Mariala Helcias, e da conselheira Sílvia Cozzolino, do Conselho de Segurança Alimentar de São Paulo. A apresentação dos trabalhos em grupo, realizados durante a manhã do dia 18, será das 14h às 18h, seguido de debate, transmitido pela web.

SERVICO

Oficina Estratégias sociais em nutrição, educação e combate à pobreza

Data: 17 e 18 de maio de 2007

Horário: Abertura 9h

Local: Instituto de Estudos Avançados – Universidade de São Paulo / Auditório Alberto Carvalho da Silva - Avenida Professor Luciano Gualberto, 374 – Travessa J – Térreo – sala 19 - Cidade Universitária

Programa do Leite é tema de encontro em Alagoas MDS – 16/05/2007

O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Onaur Ruano, participa, quinta (17/05) e sexta-feira (18/05), da Oficina de Controle Social do Programa do Leite, em Maceió, Alagoas. O objetivo do encontro é avaliar a participação e o alcance da iniciativa. O Programa do Leite, também conhecido como Leite Fome Zero, beneficia pequenos produtores de leite e crianças pobres com idade entre 6 meses e 6 anos, atendidas pela distribuição do produto em instituições, como creches, escolas e entidades de assistência social do Estado.

Além do secretário e do diretor do Departamento de Gestão Integrada da Política do MDS, César Medeiros, estarão presentes autoridades do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Secretaria de Estado de Agricultura (Seagri), Delegacia

Federal do Desenvolvimento Agrário (DFDA) e representantes de movimentos sociais do campo.

Leite Fome Zero - Desde 2006 são realizadas oficinas de controle social do Programa do Leite em Estados conveniados, iniciando pela Paraíba, seguida pelo Rio Grande do Norte e Piauí. Este ano o evento já foi realizado em Sergipe e Ceará. A idéia é levar o debate aos dez Estados que executam o Programa em parceria com o MDS. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar /modalidade Leite é uma ação na qual o Governo Federal, faz convênio com governos estaduais para distribuir um litro de leite, diariamente, a famílias pobres.

Atualmente, 102 Municípios alagoanos fazem parte do programa, onde cerca de 53.500 litros de leite são distribuídos, todos os dias. O produto é adquirido de 1,4 mil produtores. No Brasil, o MDS atende 1.254 cidades, nas quais é feita a entrega gratuita de 705 mil litros de leite de vaca e mais de 17 mil litros de cabra, adquiridos de 25 mil pequenos produtores. O investimento nesta ação de segurança alimentar e nutricional em 2006 foi de R\$ 201 milhões.

Bolsa Família e mínimo elevam venda de alimentos – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/05/2007

Faturamento real dos super e hipermercados subiu 16,1% em 2005, mais do que a média do comércio, de 10%, segundo o IBGE

Os programas de transferência de renda do governo federal e o reajuste do salário mínimo estimularam super e hipermercados e o comércio das regiões mais atendidas pelos benefícios, revelam dados da Pesquisa Anual do Comércio do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Segundo a pesquisa, o faturamento real (descontado o efeito da inflação) dos hiper e supermercados subiu 16,1% de 2004 para 2005 e atingiu R\$ 93,6 bilhões. É mais do que a expansão média de 10% do comércio como um todo, cuja receita somou R\$ 940,2 bilhões em 2005.

Para Eduardo Pontes, economista da Coordenação de Serviços e Comércio do IBGE, o bom desempenho se deve em parte à expansão do Bolsa Família e seu impacto no consumo de bens não-duráveis.

Maurício Moura, economista-chefe da consultoria especializada em comércio Gouvêa de Souza, diz que o efeito do Bolsa Família foi "importante", mas ressalta também a contribuição do reajuste real de 7,6% do salário mínimo em 2005.

Pontes avalia que os programas alavancam ainda o desempenho regional do comércio das regiões mais atingidas pelos programas. Com isso, diz, a houve perda relativa de participação do Sudeste na receita do comércio -55,8% em 2000 para 54,1% em 2005. Ganharam, por sua vez, Nordeste (de 13,2% para 13,5%), Centro Oeste (7,7% para 8,7%) e Norte (2,8% para 3,2%).

Para o economista da Gouvêa de Souza, a tendência se acentuou em 2006 e as vendas de alimentos também cresceram, beneficiadas novamente pelos programas de transferências de renda e pelo reajuste real de 13% do salário mínimo. Moura afirma que houve uma forte expansão do número de lojas no ramo de super e hipermercados em resposta ao bom momento vivido pelo setor em 2005 e em 2006. O cenário, diz, propiciou elevação de 19,6% do emprego no setor de 2004 para 2005. O resultado influenciou o aumento de 9,8% no número de pessoas ocupadas no comércio - bem mais do que a alta de 3,1% da ocupação naquele ano, segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

Alunos de São Paulo receberão "vale-leite" – Evandro Spinelli - Folha de São Paulo – Cotidiano – 18/05/2007

Prefeitura fará projeto-piloto na zona norte, com 216 mil estudantes, após a suspensão do fornecimento de leite em pó por empresa

Administração admite que distribuição por cartão eletrônico pode prejudicar controle; nova licitação será aberta na terça-feira

O leite em pó distribuído aos alunos da rede municipal de ensino de São Paulo será substituído, na zona norte, por um cartão eletrônico que poderá ser usado apenas para a compra de leite no comércio da região.

A mudança, em caráter de teste até o fim do ano, será adotada por causa do impasse na compra do leite em pó que era distribuído até o mês passado.

A empresa Tangará Importadora e Exportadora parou de fornecer o produto para 216 mil alunos da região no início de abril. O prefeito Gilberto Kassab (DEM) disse que ela queria 30% de reajuste no contrato. "É inaceitável. Vamos pedir a punição dessa empresa, vamos declará-la inidônea, porque ela não poderia ter rompido o fornecimento." Na terça-feira, será aberta uma licitação para a contratação de um laticínio que forneça o cartão e faça a distribuição do leite no comércio da região.

A substituição do produto por um cartão pode dificultar o controle. Érika Alves Oliver, coordenadora de Gestão de Bens e Serviços da prefeitura, disse que no atual sistema também existem problemas. "Nós já compramos saquinhos do Leve-Leite em padarias. E com nota fiscal. Depois da entrega na escola, a gente não sabe qual será o destino do leite." Por isso, segundo ela, será uma projeto-piloto, apenas na região norte, para avaliar os resultados. Os alunos das outras regiões da cidade continuarão a receber o leite em pó, comprado de outro fornecedor.

Além do problema com o leite, a rede municipal também sofre com a falta de uniforme. Cerca de 1,1 milhão de alunos ainda não receberam o uniforme deste ano. Kassab disse que o Tribunal de Contas do Município, que havia suspenso a licitação,

recebeu todos os esclarecimentos e liberou o processo. "Já nas próximas semanas estão chegando os uniformes."(EVANDRO SPINELLI)

Superintendente da Conab apresenta Programa de Aquisição de Alimentos a Técnicos do Incra/PB – Sítio Eletrônico do MDA – 18/05/2007

O superintendente regional da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) na Paraíba, Paulo Eduardo Silva Oliveira, apresentou nesta sexta-feira (18) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da companhia a aproximadamente 20 técnicos da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na Paraíba. A atividade teve como principal objetivo auxiliar e orientar os técnicos no planejamento da comercialização da produção dos agricultores familiares assentados no estado.

Os técnicos do Incra/PB e da Conab pretendem ainda mapear os Projetos de Assentamento paraibanos que poderão ter sua produção e comercialização potencializadas para se enquadrarem no PAA.

Atividades semelhantes serão realizadas nos demais estados brasileiros a fim de favorecer o desenvolvimento econômico dos assentados e de oferecer à população em geral produtos agrícolas de qualidade que são produzidos nos assentamentos.

A Conab atua no Programa de Apoio à Agricultura Familiar, realizando a compra direta, a compra antecipada e os contratos de garantia de compra. A Companhia também promove, via leilão eletrônico, a compra de alimentos para atendimento aos índios, quilombolas e assentados que se encontram em situação de carência alimentar.

Água para todos – Valor Econômico – Brasil – Curtas – 21/05/2007

O governo federal vai lançar o programa Água para Todos, com o objetivo de abastecer a população ribeirinha do São Francisco, que apesar de viver próxima às margens do rio, não tem acesso à água. O lançamento será feito durante a viagem que o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, realizará desde a nascente do rio até a foz, a partir de 4 de junho. De acordo com o ministério, o Água para Todos deve contar com cerca de R\$ 300 milhões para instalação de canais, poços e cisternas, possibilitando o abastecimento de cerca de 1,8 mil comunidades. Segundo o ministro, a iniciativa tem o objetivo de responder às críticas de que a transposição deixaria de atender pequenas comunidades que vivem às margens do rio.

Agricultores familiares são recebidos pelo ministro Patrus Ananias – Sítio Eletrônico do MDS – 22/05/2007

Ministro Patrus recebe representantes da Fetraf em Brasília

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias, recebeu, nesta segunda-feira (21/05), um grupo de agricultores, membros da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf), entidade organizadora da III Jornada Nacional de Luta da Agricultura Familiar, que acontece em Brasília até a próxima sexta-feira (25).

Na audiência, os 17 agricultores de diversos Estados brasileiros pediram a ampliação dos recursos destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), a ampliação dos itens da cesta básica distribuída nos assentamentos e acampamentos e a extensão do Bolsa Família às famílias assentadas e acampadas.

O ministro Patrus destacou que o aumento da verba do PAA é uma meta do Ministério e acertou a realização de reuniões entre a Fetraf e secretarias do pasta para encaminhamentos dos pedidos relativos ao Bolsa Família e às cestas. “Temos um grande apreço, uma relação leal e fraterna e uma interlocução positiva com a Fetraf”, afirmou o ministro.

Disputa interna no PMDB paralisa Agricultura - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política - 22/05/2007

O ritmo das nomeações para o segundo escalão e as disputas internas no PMDB por estes cargos têm atrapalhado o dia-a-dia do Ministério da Agricultura. Sob análise na Casa Civil há pelo menos um mês, a indicação do ex-deputado mineiro Silas Brasileiro para a Secretaria-Executiva da Pasta está prometida para esta semana. Mas o novo presidente da cobiçada Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ainda deve demorar a ser conhecido. Os atrasos não têm qualquer ligação com a recente Operação Navalha da Polícia Federal.

Nos bastidores, secretários e diretores do ministério têm reclamado das incertezas geradas até aqui pela indefinição do Palácio do Planalto e alertado para a paralisia das ações decorrente dos embates internos do PMDB. "Ninguém sabe se fica e o ministro não fala conosco", diz um dirigente. A indefinição nos escalões operacionais deve provocar, por exemplo, uma demora extra no anúncio dos planos do governo para o próximo ano-safra 2007/2008, que começa em julho. Além disso, atrasa as negociações para a recomposição do orçamento do ministério, que sofreu um bloqueio de 44,5% pela equipe econômica.

Às vésperas de completar 60 dias no cargo, o ministro Reinhold Stephanes tem confidenciado a amigos seu desconforto com a situação e com as pressões. "O ponto principal é ter segurança institucional, fechar a nomeação do secretário-executivo", diz o deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR). "Há um certo constrangimento, mas o ministro não se sente enfraquecido nem está desanimado. É, de fato, uma angústia". Segundo ele, a bancada do partido "quer mais celeridade nas nomeações" por parte do governo.

Indicado pelo PMDB ao cargo, o administrador de empresas Silas Brasileiro promete apressar o andamento de projetos e das ações no ministério. "Tem muita coisa esperando e vamos trabalhar muito", afirmou. Sobre a aguardada nomeação, o ex-secretário de Agricultura de Minas garantiu: "Do Palácio (do Planalto), está tudo certo. Agora, é só o presidente voltar da viagem ao Paraguai para assinar o ato (de nomeação)".

A nova estrutura do Ministério da Agricultura deve contar com a promoção do ex-diretor do Café, Vilmondes Olegário, indicado para ocupar a Secretaria de Produção e Agroenergia. O atual secretário Linneu Costa Lima será diretor-executivo da ONG Comissão Interamericana do Etanol, em Miami (EUA), co-presidida pelo ex-ministro Roberto Rodrigues. A Secretaria de Defesa Agropecuária terá um novo diretor de Saúde Animal. O veterinário Altino Rodrigues Neto, atual diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), substituirá Jamil Gomes de Souza. Na Secretaria-Executiva, Silas Brasileiro deve colocar ainda o agrônomo Celio Floriani, atual presidente da Cia. de Armazéns de Minas (Casemg), e o economista Benedito Rosa, ex-secretário de Política Agrícola.

No comando da Conab, o PMDB de Michel Temer (SP) quer emplacar o ex-deputado paulista Wagner Rossi. Mas parlamentares do PT exigem a permanência da atual diretoria. No máximo, admitem a nomeação do ex-ministro Luís Carlos Guedes Pinto. Afilhado político do ex-ministro José Graziano, amigo pessoal de Lula, Guedes também está cotado para a Vice-Presidência de Agronegócios do Banco do Brasil. Mas disputa a indicação com o ex-senador Maguito Vilela (PMDB). Lideranças do setor rural defendem, nos bastidores, o nome de Guedes para o BB. Mas, cautelosos, não tornaram pública a preferência. Ocorre que Lula já cedeu ao PMDB, mas não teria gostado da sugestão do partido. A decisão dependerá da pressão dos ruralistas, que não querem se indispor com Vilela. Uma solução seria reservar Guedes para a ocupar uma eventual Secretaria de Agroenergia, que seria ligada ao Planalto.

Governo Federal aprofunda análise sobre alimentação do brasileiro – MDS – 29/05/2007

A TACO vai aumentar o conhecimento sobre os alimentos consumidos no Brasil

Alimentação é coisa séria. Na correria do dia-a-dia, em frente às prateleiras do supermercado ou diante do cardápio colorido das redes de lanchonetes que oferecem refeições rápidas, a preocupação do consumidor não pode ser reduzida apenas a saber o que engorda ou não. O conhecimento sobre a composição dos alimentos e sua importância para a qualidade de vida das pessoas é fundamental para garantir alimentação saudável, e isso deve ter espaço garantido na escala de prioridades.

Como o tema da segurança alimentar está na pauta das políticas públicas do Governo Federal, em janeiro de 2007 foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial que está fazendo o acompanhamento de um projeto especial: a Tabela Brasileira de Composição de Alimentos (Taco). Formado por representantes dos ministérios do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Saúde (MS), da Ciência e Tecnologia (MCT), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e instituições de pesquisa, o objetivo do grupo, com esta tabela, é analisar com profundidade o tema e sugerir ações que contribuam para ampliar o conhecimento sobre o que é consumido no País.

Entre as estratégias definidas na última reunião do grupo, realizada no início de abril de 2007, está a ampliação das parcerias com laboratórios públicos que vão ajudar no diagnóstico de nutrientes dos alimentos mais comuns no cardápio do brasileiro. O projeto Taco foi iniciado em 1996 e já tem o resultado da análise da composição química de mais de 400 alimentos. A coordenação do estudo, financiado pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Saúde, ficou a cargo do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (Nepa), da Universidade de Campinas (Unicamp).

Segundo a coordenadora-geral de Educação Alimentar e Nutricional do MDS, Sabrina Ionata, o conhecimento sobre a composição dos alimentos consumidos no Brasil é fundamental para se alcançar segurança alimentar e nutricional. “Estas análises são importante subsídio técnico para o controle da qualidade dos alimentos, para a avaliação da ingestão de nutrientes de indivíduos e populações, para a educação alimentar e nutricional e também para a promoção da alimentação adequada e saudável, diz. “São muito valiosas como instrumento de formulação para as políticas públicas”.

A partir dos resultados da Taco será possível identificar deficiências nutricionais ou incidência de doenças que necessitem de uma adequação na dieta da população. Além disso, o projeto vai ajudar na regulamentação e fiscalização do setor de alimentos, influenciando até mesmo na escolha do tipo de cultivo agrícola. A tabela também trará vantagens no que se refere à preservação ambiental. Com a inclusão de alimentos típicos - como cupuaçu, caju, jiló, acerola e variedades de banana - será possível ter um panorama da alimentação brasileira muito próximo do real, pois a deficiência de dados sobre estes alimentos dificulta a análise do que é consumido nas diferentes regiões do País.

“A tabela já está sendo inserida em ações da saúde, como materiais de apoio para os profissionais de saúde na promoção da alimentação saudável, e servirá de base para a análise dos alimentos na Pesquisa de Consumo a ser realizada pelo IBGE brevemente”, acrescenta a coordenadora da Política Nacional de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, Ana Beatriz Vasconcellos.

O Grupo de Trabalho Interministerial está discutindo a realização de um Acordo de Cooperação Técnica entre os parceiros do projeto, com a inclusão de novos colaboradores governamentais, com o objetivo de oferecer melhores condições ao funcionamento e à continuidade do projeto Taco.

Agroenergia e segurança alimentar: compromisso da FAO - Por José Graziano da Silva – Valor Econômico – Opinião - 29/05/2007

Queiramos ou não, a transição energética e a luta contra a fome fundiram-se na América Latina e Caribe numa mesma engrenagem, impulsionadas por uma daquelas urgências que a história coloca em nosso caminho, sem pedir licença. É o caso da corrida contra o tempo para evitar que a temperatura média da Terra oscile acima de 2° C neste século. A agroenergia é uma das alternativas à disposição. Não para inaugurar um novo Oriente Médio na região, ou homologar o consumo obscuro de alguns mercados ricos como

temem alguns, mas para substituir uma percentagem mínima de combustíveis fósseis num amplo leque de iniciativas, em busca de uma nova matriz energética sustentável. Etanol e biodiesel são as alternativas disponíveis para serem misturados de 5 a 25% aos derivados do petróleo e ajudar na redução da poluição atmosférica, principalmente nos grandes centros urbanos da América Latina.

Os biocombustíveis líquidos demandam atualmente apenas 14 milhões de hectares em todo o mundo e oferecem em troca 1% do abastecimento mundial de energia para transporte. Para atender a meta mais ambiciosa de 25%, estima-se que 20% das terras agricultáveis teriam que ser destinadas a essa finalidade. Mas essa área poderia diminuir significativamente com as inovações tecnológicas em curso, principalmente o advento comercial do etanol da celulose, atualmente em fase de pesquisa experimental. Vale dizer que hoje praticamente metade (49%) dos temas agricultáveis do mundo não são cultivadas ou são utilizadas como pastagens naturais extensivas.

O Comitê Mundial de Segurança Alimentar (CSA) da FAO, reunido em Roma este mês, incluiu em seu relatório (<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/meeting/011/J9455e.pdf>) constatações que desautorizam um possível confronto entre agroenergia e segurança alimentar. A primeira delas informa que a produção mundial de cereais alcançou quase dois bilhões de toneladas em 2006, quantia suficiente para assegurar 2.810 Kg calorias/dia a cada habitante do planeta. Na América Latina e Caribe a disponibilidade de alimentos é ainda maior: 2.880 Kg calorias/per capita, quase um terço superior aos 2.200 Kg calorias necessárias ao suprimento mínimo de energia aos seres humanos. E a disponibilidade nessa região vem crescendo num ritmo superior à média mundial.

A segunda constatação é até mais promissora: no grupo de países de renda mais baixa e com déficit crônico de alimentos, a oferta de cereais aumentou consideravelmente, reduzindo a necessidade de importações e ajuda humanitária. Em apenas 34 países ainda ocorre o que a FAO denomina de "emergência alimentar", característica da incapacidade de assegurar o abastecimento da população com recursos próprios. Quase todos eles convivem com situações de conflito armado ou desastres naturais.

Tudo converge para a constatação de que a capacidade produtiva potencial no século XXI excede, de longe, o consumo necessário. A fome, em nosso tempo, tem cada vez menos a ver com a produção e cada vez mais com as desigualdades no acesso aos alimentos. É isso que explica que um bilhão de seres humanos - 20% da população mundial - continue a enfrentar condições de pobreza extrema, e o que é mais grave: um em cada quatro deles na América Latina, principal região produtora de alimentos do planeta. Hoje, a proporção de pessoas nessas condições já é maior em nosso continente do que na Ásia Oriental e Oceania, só ficando atrás da África.

O relatório da FAO não deixa muito espaço para projeções neomalthusianas que associam a fome à falta de terras ou de capacidade produtiva ante a "ameaça" da agroenergia. Nossa doença é social e não aritmética - pode e deve ser superada pela ação política. Essa certeza move a "Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome", que orienta as nossas ações na região, um dos celeiros mais férteis do planeta. Mas onde ainda subsistem 52,4 milhões de desnutridos e 209 milhões de pobres (40% da população total), ao lado de terras aráveis suficientes para permitir a agricultura saltar dos atuais 150 milhões de hectares para 224 milhões de hectares, passando de 16% para 23% da área disponível, sem derrubar nenhuma árvore. Até porque as modernas tecnologias, para evitar monoculturas e o conseqüente esgotamento da fertilidade dos solos, recomendam o plantio intercalado ou em rotação dos alimentos. É por isso que o plantio de mamona para biodiesel

no Nordeste fez aumentar a produção de feijão, assim como a rotação de culturas praticada na renovação dos canaviais em São Paulo fez crescer a produção de grãos. Aliás, essa sempre foi a tradição dos agricultores familiares na Europa e nas colônias americanas: a cultura comercial para venda subsidia a produção de subsistência, numa simbiose que combate a pobreza e a fome no mesmo chão.

Muitos países que sofrem de emergência alimentar convivem com situações de conflito armado ou desastres naturais

Plantar combustíveis pode ajudar a corrigir essas distorções que fazem a abundância conviver com a miséria, especialmente no campo, onde os apelos da exclusão são mais urgentes. Compartilhamos esse entusiasmo sem desconhecer os desafios que ele encerra.

Trata-se de uma possibilidade histórica. Não de uma certeza arrogante. Para que ela se materialize, a FAO considera indispensável um conjunto de ações que pretende difundir junto aos governos de todo o continente, associando a luta contra a fome a um conjunto de salvaguardas indissociáveis dos programas regionais de agroenergia: zoneamento rural para impedir que a agroenergia desaloje lavouras destinadas à alimentação humana; aperfeiçoamento dos contratos ao longo da cadeia produtiva; garantia dos direitos sociais, especialmente direitos trabalhistas, no campo; expansão da pesquisa e assistência técnica e do cooperativismo, de modo a garantir a participação dos pequenos produtores também na geração de agroenergia, e não apenas como ofertante de matérias-primas.

Não se pode atribuir à agroenergia a origem de desequilíbrios sociais e ambientais que já marcam dramaticamente a vida em nosso tempo, e podem se agravar se nada for feito de imediato para mitigar-los. E que atingirá mais duramente as populações pobres que habitam áreas vulneráveis e sem infra-estrutura. Mais de um bilhão e quinhentas mil pessoas vivem, ainda hoje, sem energia elétrica no mundo. Dois bilhões e quinhentos milhões dependem de sistemas tradicionais de agroenergia para dar conta de atividades tão simples quanto cozinhar o almoço ou o jantar. Lenha e carvão vegetal ardem em todo o planeta na dura rotina de vida de um terço da humanidade.

Visto dessa ótica, o desenvolvimento da agroenergia abre possibilidades que não devem ser menosprezadas, embora envolvam riscos. O documento do Conselho Mundial de Segurança Alimentar da FAO é esclarecedor nesse sentido, quando alerta também para a delicada questão do uso de alimentos para fins energéticos. Em 2006, os preços do milho atingiram cotações recordes em decorrência da especulação desenfreada com as metas do etanol nos Estados Unidos. A legislação americana previa uma mescla de 5% em substituição a um aditivo até 2012, sendo a oferta projetada mais que suficiente para atender a essa demanda. No seu discurso sobre o "Estado da União", no entanto, o presidente Bush elevou intempestivamente a participação do etanol para 15% em 2017, empurrando a demanda prevista para 132,5 bilhões de litros - sete vezes a oferta atual de milho para fins energéticos. O resultado imediato foi uma forte alta de preços no mercado internacional, uma vez que os EUA são os maiores exportadores dessa commodity. Há quem explique que essas especulações - e as crises de abastecimento que elas precipitam, a exemplo do que ocorreu no México - como uma estratégia deliberada para lubrificar a liberação do milho transgênico nos países da América Central, onde as importações são muito importantes.

Especulações à parte, não se pode atribuir à agroenergia a paternidade de desequilíbrios sociais - particularmente de fome - que também não depende exclusivamente

dela para ser erradicada, mas sim de uma política mundial de segurança alimentar que preserve as necessidades humanas em primeiro lugar. Voltamos assim às escolhas da história. Uma transição de ciclo de desenvolvimento como a que nos deparamos, antes de ser uma equação técnica, é uma palheta de opções de diferentes tonalidades políticas. Requer forte indução de planejamento e políticas públicas para materializar suas promessas e minimizar seus riscos. Uma boa forma de influenciar a nova paisagem é disseminar diretrizes e ações de Estado que permitam plantar combustíveis no presente para colher justiça social no futuro. Esse é o compromisso da FAO.

José Graziano da Silva é representante regional da FAO para América Latina e Caribe.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário



